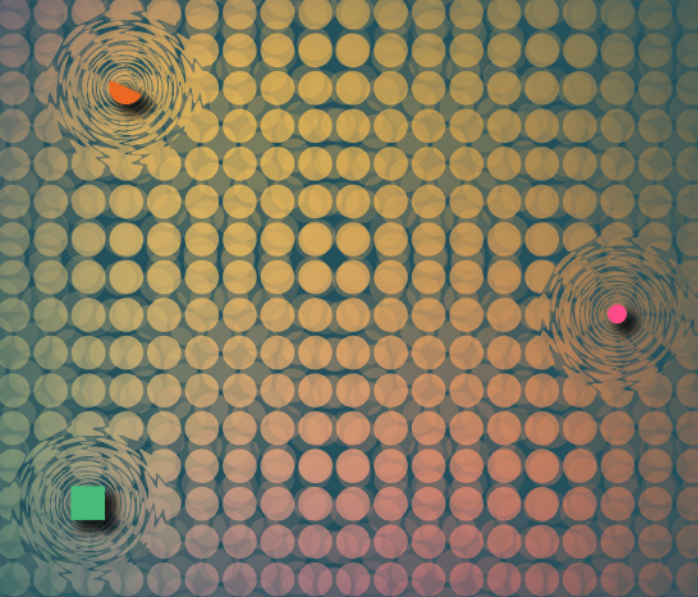


Diferenças, Deficiências e Desigualdades

cenários de pesquisas



Organizadoras

Shirley Silva • Roseane Rabelo Sousa Farias
Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva • Sandra Rodrigues da Silva Chang

Diferenças, deficiências e desigualdades - cenários de pesquisas

Shirley Silva
Roseane Rabelo Souza Farias
Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva
Sandra Rodrigues da Silva Chang
(Organizadoras)

DOI: 10.11606/9786587047362



Faculdade de Educação da USP

2022

Organizadoras

Shirley Silva
Roseane Rabelo Sousa Farias
Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva
Sandra Rodrigues da Silva Chang

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitora: Pro^a. Dr^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Educação

Diretora: Prof^a. Dr^a. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto
Vice-Diretor: Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Revisão de texto

Thiago Rosenberg

Projeto Gráfico

Antonio Quixadá

Direitos desta edição reservados à FEUSP

Avenida da Universidade, 308
Cidade Universitária – Butantã
05508-040 – São Paulo – Brasil
(11) 3091-2360
E-mail: spdfe@usp.br
<http://www4.fe.usp.br/>



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Common indicada.

D569	Diferenças, deficiências e desigualdades: cenários de pesquisas. / Shirley Silva <i>et al.</i> (Organizadores). São Paulo: FEUSP, 2022. 391 p. ISBN: 978-65-87047-36-2 (E-book – PDF) DOI: 10.11606/9786587047362 I. Diferenças. 2. Deficiências. 3. Desigualdades. 4. Pesquisas acadêmicas. I. Silva, Shirley. II. Farias, Roseane Rabelo Souza. III. Silva, Letícia Paloma de Freitas Pereira. IV. Chang, Sandra Rodrigues da Silva. V. Título. CDD 22^a ed. 371.9
------	--

Ficha elaborada por: José Aguinaldo da Silva – CRB8a: 7532

EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA: A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE INVESTIGAÇÃO CRÍTICA¹

Georgton Anderson da Silva

Deficiência e raça: os caminhos tortuosos da/na/para pesquisa

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade do país. (NASCIMENTO, 2011, p. 98).

O presente texto tem como objetivo central trazer reflexões acerca da importância da utilização de ferramentas analíticas específicas para a compreensão das diferentes situações experienciadas pelas pessoas negras e com deficiência.

Nessa perspectiva, tento estabelecer uma relação entre “deficiência” e “raça” como marcadores sociais da diferença que, conectados, podem apontar indícios que justifiquem a baixa escolarização de pessoas negras com deficiência, tendo em vista que os estudos feitos com cada perfil separadamente já apontam que esses grupos são os mais atingidos nesse quesito – potencializando, assim, a não garantia de direitos fundamentais, como a educação, para essas pessoas.

Como introdução para este texto, optei por apresentar de forma sucinta a minha trajetória na pós-graduação. Considero que o processo de construção da pesquisa tem relevância nessa discussão, pois é no diálogo entre pesquisa e pesquisador que o objeto de estudo ganha materialidade e significado.

Ingressei na pós-graduação com a perspectiva de estudar os movimentos sociais de pessoas com deficiência, tendo como finalidade compreender os desdobramentos

¹ Este capítulo é um desdobramento da minha pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), que tem como ponto central debater os processos de escolarização de pessoas negras com deficiência, dando ênfase à trajetória escolar dessas pessoas e problematizando, à luz dos dados oficiais, a garantia de seu direito à educação.

desses movimentos na formulação de políticas públicas capazes de promover mudanças significativas na qualidade de vida desse segmento.

A atenção do projeto foi direcionada para a perspectiva das conselheiras e dos conselheiros, com a proposta de problematizar e delinear um estudo acerca dessas instâncias à luz de pesquisas já realizadas sobre o tema, procurando compreender também o papel decisivo dos conselhos participativos no planejamento, na formulação, na implementação e na avaliação de políticas educacionais que visam assegurar o direito à educação para as pessoas com deficiência.

Contudo, devido à minha proximidade com temas voltados para as culturas afro-brasileira e africana e com os estudos das relações raciais no Brasil, observando as mulheres e homens que figuram a cena da participação social representando as pessoas com deficiência na cidade de São Paulo, notei que a maioria desses sujeitos são pessoas com deficiência, majoritariamente, brancas. Com essa constatação, comecei a me questionar: onde estariam as pessoas negras com deficiência? Por quais motivos elas não estariam participando ativamente nas tomadas de decisão que interferem direta ou indiretamente em suas vidas? E, principalmente, uma vez que estava investigando a formulação de políticas públicas educacionais: como se dá o acesso dessa parte da população à educação?

Nesse ínterim, comecei a refletir a respeito da situação das pessoas negras e com deficiência em esferas sociais mais amplas como trabalho, instituições de ensino e outras, ainda incomodado com a percepção da pequena participação delas nas instâncias deliberativas.

No processo de busca por dados sobre a participação social pode-se perceber por um lado, uma ausência desse tipo de informação e por outro que os indicadores educacionais recebem maior destaque nessa discussão, por esse motivo, essa investigação inicial me direcionou para outro caminho, me levando para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e, posteriormente, para a Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência².

2 Plataforma online idealizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SeDPcD), em

Com o apoio das informações disponibilizadas especificamente na Base de Dados, pode-se constatar que, em 2020, nos 645 municípios do estado de São Paulo, havia um total de 210.040 estudantes com deficiência matriculados nas redes municipal (88.800), estadual (74.379), privada (46.922) e federal (228), o que corresponde a 2,11% do total de matrículas. Essas pessoas têm idades entre idades de zero a mais de sessenta anos. Cruzando com o marcador “raça” ou “cor”, temos as seguintes informações: 118.996 (56,55%) são pessoas que se declaram brancas; 47.237 (22,45%), pardas; 6.157 (2,93%) que de acordo com a plataforma são declaradas pretas; e, por fim, 675 pessoas declaradas amarelas e 221 indígenas – 0,32% e 0,11%, respectivamente. Outro dado que chama atenção diz respeito à quantidade de matrículas que não têm “cor” ou “raça” declarada no cadastro: são 37.123, ou 17,64% desse total.

Já na capital paulista, também em 2020, havia 43.021 matrículas regulares de estudantes com deficiência com idades entre idades de zero a mais de sessenta anos, correspondendo a 1,60% do total de matrículas distribuídas entre as redes municipal (19.394), estadual (15.873), privada (7.722) e federal (32). Com base nesses dados, aplicando-se os marcadores “raça” e “cor”, destacam-se as seguintes informações: 20.365 pessoas (47,20%) são declaradas brancas; 11.470 (26,66%), pardas; 1.591 (3,70%), são declaradas pretas; e, por fim, 193 amarelas e 86 indígenas – 0,45% e 0,20%, respectivamente. Mais uma vez, é importante ressaltar o total de estudantes que não possuem em seu cadastro de matrícula a declaração de “raça” ou “cor”: são 9.376, ou 21,79% desse percentual.

Nessa perspectiva, e fazendo uma análise introdutória³ do que foi coletado, fica evidente que a população declarada negra⁴ (pretos e pardos) com deficiência, em com-

parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), na qual estão reunidos dados censitários e outras informações acerca das pessoas com deficiência do estado de São Paulo.

3 Cabe salientar que opto por expor os dados de modo mais geral, não pormenorizando cada conjunto citado, porque o objetivo desse primeiro contato era observar os dados numéricos sobre a temática, e verificar a existência de análises que apresentassem deficiência e raça como questões a serem observadas.

4 É importante ressaltar que até o momento da escrita deste capítulo o novo Censo Demográfico do Brasil (2022) ainda não havia sido realizado; desse modo, por considerar que os dados populacionais obtidos no Censo de 2010 – tanto para os marcadores “deficiência” como para “raça/cor” – estejam desatualizados em relação à

paração com a população declarada branca, ocupa em menor número os espaços educacionais, tanto na capital paulista quanto no estado de São Paulo. Há de se considerar também o alto índice de matrículas cujos cadastros não mencionam o marcador “raça” ou “cor” – o preenchimento correto desses cadastros pode diminuir ou ampliar as desigualdades evidenciadas entre esses grupos de estudantes.

Esses dados podem ser examinados em consonância com as ideias de Djamila Ribeiro (2017), que, ao tratar sobre a relevância de políticas públicas focadas nas mulheres, traz reflexões que, deslocadas para o contexto desta pesquisa, podem ser instigantes para a compreensão, com mais clareza, das assimetrias descritas acima e das diversas situações experienciadas pelas pessoas com deficiência. Ao apresentar o debate sobre políticas públicas focalizando grupos vulneráveis⁵, a autora afirma que é muito comum ouvir que as políticas públicas precisam ser pensadas para todos, questionando logo em seguida quem são esses “todos”, ou quantos cabem nesse “todos”. Se pensarmos que as pessoas negras com deficiência estão ocupando, em maior número, lugares de vulnerabilidade social, faz-se necessário problematizar que

justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar [mais] atentamente para elas, o avanço mais profundo fica impossibilitado. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Seguindo com a pesquisa, comecei a refletir a respeito da situação das pessoas negras e com deficiência, ainda incomodado com a percepção da pequena participação delas em instâncias deliberativas. Com foco em produções de revistas acadêmicas, tendo

população do estado de São Paulo e da capital paulista, optei por não apresentar um cruzamento entre os dados educacionais e os dados populacionais obtidos por não refletir a realidade populacional neste momento.

5 É importante ressaltar que a autora faz referência às populações vulneráveis como um todo, dando uma ênfase maior às mulheres, especialmente, mulheres negras, que segundo a autora é um dos maiores grupos que estão em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

como base a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), realizei uma breve revisão bibliográfica na qual busquei levantar estudos que correlacionam as questões da participação social com os estudos sobre deficiência e raça, levando em consideração os seguintes pontos: a) a presença das palavras-chave “participação social”, “deficiência” e, posteriormente, “raça”; e b) o fato de que não estabeleci um período temporal para delimitar esse levantamento, dado que essa sondagem inicial tinha como objetivo observar a relevância do tema em produções acadêmicas.

Nessa situação, notei que 91 trabalhos, um número considerável de estudos, à primeira vista apresentavam em suas investigações e análises um recorte com os termos “participação social” e “deficiência”. Ao adicionar o descritor “raça”, esse número caiu consideravelmente, gerando apenas dois resultados.

Ao alterar as palavras-chave, agora pesquisando estudos que tivessem como tônica principal articular as categorias “deficiência” e “raça”, constatei que estão ancorados na base de dados da SciELO 26⁶ estudos que teoricamente versam sobre o tema. Para essa pesquisa foram considerados os seguintes pontos: a) os descritores “deficiência” e “raça”; b) não foi estabelecido um marco temporal; e c) dos 26 artigos encontrados, feita uma análise preliminar considerando seus títulos e resumos, apenas três foram selecionados: José Geraldo Silveira Bueno e Natália Gomes dos Santos (2021); Marcos Cezar de Freitas e Larissa Xavier dos Santos (2021); e Ingrid Anelise Lopes, Roseli Kubo Gonzalez e Rosângela Gavioli Prieto (2021). Esses apresentam as palavras-chave no título e/ou no resumo.

O artigo de Bueno e Santos (2021) faz um paralelo entre deficiência intelectual, classe, raça e gênero. Para tal, os autores utilizam o censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expondo discrepâncias na vida das pessoas com deficiência intelectual. Freitas e Santos (2021) apresentam intersecções

6 A discussão feita em alguns desses artigos, por utilizar os marcadores “deficiência” e “raça”, giravam em torno de aspectos clínicos e cuidados com animais de estimação (cachorros e gatos) que possuíam alguma deficiência ou voltados para a prevenção de doenças em rebanhos de raças específicas de gado.

entre deficiência e outros marcadores sociais, apontando que esses marcadores são determinantes para a constituição da educação inclusiva. Lopes, Gonzalez e Prieto (2021) investigam os indicadores sociais em correlação com a deficiência intelectual no Brasil e os seus desdobramentos em políticas educacionais para essas pessoas.

Ressalto que a pesquisa só considerou a produção científica compreendida na base de dados do SciELO; os três trabalhos encontrados são produções recentes, e nessa circunstância podemos inferir que faltam produções acadêmicas que versem sobre a temática da deficiência em intersecção com a raça.

Desse modo, observadas as estatísticas coletadas com a ajuda da Base de Dados dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a escassez de produções acadêmicas que tenham em suas análises os marcadores “deficiência” e “raça”, reafirmam-se as desvantagens sociais vivenciadas pelas pessoas negras. Recorro novamente a Ribeiro (2017, p. 44-45) para justificar o objetivo deste estudo: “tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fuja-mos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui”.

Pensar a deficiência em intersecção com a perspectiva racial pode evidenciar algumas variáveis capazes de justificar as desigualdades sociais brasileiras entre pessoas negras com e sem deficiência e pessoas brancas com e sem deficiência, contribuindo para que ações mais efetivas sejam desenvolvidas, atenuando ou até mesmo superando esses contrastes que já fazem parte da realidade do país há tanto tempo. Concordando com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge:

A análise interseccional lança luz sobre os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção de desigualdade econômica entre pessoas de cor, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes. No entanto, o foco da interseccionalidade na vida das pessoas oferece espaço para análises alternativas desses mesmos fenômenos que não derivam das visões de mundo das elites acadêmicas ou do funcionalismo público. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 50).

Assim, observando que as estatísticas descritas acima reafirmam as assimetrias educacionais entre negros e brancos com deficiência no estado de São Paulo e, consequentemente, a necessidade de “uma reconstrução das orientações das ações, dos projetos e dos programas ofertados para as pessoas com deficiência” (SILVA; ARELARO, 2017, p. 43), surgiu a necessidade de compreender os motivos que possam justificar a baixa escolarização de pessoas negras com deficiência e, nesse caso, apresentar um estudo capaz de conectar os marcadores sociais “deficiência” e “raça”, tendo em vista o cenário de desigualdade apontado pelos dados.

No contexto de reformulação do projeto, o contato com as teorias do feminismo negro fez com que o conceito de interseccionalidade se apresentasse como uma forma para se pensar nas múltiplas opressões sofridas por um mesmo corpo, e como uma das práticas críticas que desafiam o “status quo e visam a transformar as relações de poder” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 72).

Por fim, levando em consideração as informações aqui explicitadas, os tópicos seguintes buscam apresentar a discussão sobre a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, possibilitando um olhar mais cuidadoso acerca das informações censitárias que são divulgadas – compreendendo também a necessidade e urgência de se respeitar as especificidades e diferenças das pessoas com deficiência, principalmente no que diz respeito às desigualdades sociais experienciadas por elas –, contribuindo, assim, para os estudos sobre a deficiência.

Interseccionalidade: breve apresentação conceitual

A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim.
(hooks⁷, 2017, p. 86).

7 O nome bell hooks é grafado em letras minúsculas porque, segundo a autora, não há nada mais importante do que as ideias e o conhecimento: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu” (2021)

A interseccionalidade é uma concepção teórica que surge como resultado do entendimento de feministas negras quanto as opressões de raça e gênero sofridas pelas mulheres negras. Elas defendiam que olhar apenas para o viés de gênero não era suficiente para explicar as situações opressivas vivenciadas por esse grupo de pessoas, ressaltando a necessidade de “o feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Nessa perspectiva, é necessário destacar que a fundamentação teórica que se delineia para a produção do conceito neste texto será constituída tendo como base as ideias do feminismo negro.

Também se faz necessário frisar que o caminho teórico aqui percorrido não reduz a importância dos estudos que tem como foco a deficiência; contudo, ressalto que, pela carência de produções acadêmicas que exponham em suas análises as intersecções entre os marcadores sociais da diferença “deficiência” e “raça”, a opção por apresentar esse percurso com base nas vozes de feministas negras se mostrou mais apropriada, viabilizando uma coerência maior entre o tema estudado e as ideias aqui discutidas.

Como já explicitado, o termo interseccionalidade ganha materialidade no bojo das discussões acerca do feminismo, e compõe a base para o desenvolvimento do feminismo negro. Embora o termo só tenha sido elaborado no final dos anos 1980, várias mulheres negras utilizaram a intersecção entre raça e gênero para denunciar as diferentes opressões sofridas por elas em diversos contextos sociais.

Podemos inicialmente citar o discurso “Eu não sou uma mulher?”⁸, de Sojourner Truth. Proferida de forma improvisada na Convenção dos Direitos das Mulheres⁹, em Akron, Ohio (Estados Unidos), no ano de 1851, essa fala poderosa se tornou um dos grandes exemplos dessa intersecção. No discurso, Truth foi efusiva ao afirmar:

8 Originalmente “Ain’t I a woman?”.

9 Originalmente “Women’s Rights Convention.”

(...) aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? (TRUTH, 2014, s/p, grifos meus).

Fazendo uma referência explícita ao racismo e ao sexismo sofridos pelas mulheres negras, Truth escancara uma pauta invisibilizada e reitera que o olhar monofocal, voltado apenas para a opressão de gênero, como propunham as líderes do feminismo hegemônico, não permite pensar em todas as discriminações sofridas pelas mulheres negras (AKOTIRENE, 2019).

Outros exemplos do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica podem ser citados. No livro *Mulheres, raça e classe*¹⁰, a filósofa norte-americana Angela Davis apresenta um panorama histórico partindo do regime escravocrata nos Estados Unidos, interseccionando os marcadores gênero, raça e classe e apontando para a importância das mulheres negras na construção da sociedade estadunidense e do feminismo negro.

Entre os casos brasileiros, podemos citar as pesquisadoras negras Beatriz Nascimento (1942-1995) e Lélia Gonzalez (1935-1994). Em “A mulher negra no mercado de trabalho”, artigo publicado em 2018 no jornal Última Hora, do Rio de Janeiro, Nascimento defende a educação como uma das condições necessárias para a ascensão social, indicando a negação desse direito às pessoas negras, especialmente as mulheres, o que reforça ainda mais a desigualdade e a posição de subalternidade que essas ocupam. Além disso, a autora denuncia o racismo na sociedade brasileira e a violência de gênero, dando um passo adiante na discussão ao apontar a opressão intergênero, reafirmando as disparidades sociais entre as mulheres negras e brancas (NASCIMENTO, 2018).

¹⁰ Women, race, & class, publicado nos Estados Unidos em 1981 e traduzido e publicado no Brasil apenas no ano de 2016, pela Editora Boitempo.

Gonzalez também se destaca com o artigo “Racismo e sexismo na sociedade brasileira”, por meio do qual expressa a sua compreensão acerca do racismo articulando-o ao sexismo e estabelecendo o lugar social e simbólico da população negra, em especial da mulher negra (GONZALEZ, 2018).

Nos últimos anos, o conceito de interseccionalidade ganhou força, invadindo faculdades e universidades mundo afora e sendo cada vez mais difundido por meio de pesquisas que buscam fugir do habitual fundamentalismo metodológico, apresentando em suas análises elementos que visam compreender as situações de opressão de forma mais plural.

A norte-americana Kimberlé Crenshaw, professora e ativista dos direitos civis, é a responsável por nomear o termo “interseccionalidade”. A autora, ao analisar os movimentos feministas e de direitos civis nos Estados Unidos, buscava expor e examinar as diferentes categorias (raça, gênero, classe etc.), pensando como elas se interseccionam em uma sociedade racista, machista e patriarcal, sujeitando as mulheres negras a posições excludentes e de subalternidade.

No texto “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, Crenshaw (2002, p. 177) define interseccionalidade como um “problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, e continua afirmando que a interseccionalidade trata de como os vários sistemas discriminatórios (ligados a deficiência, raça, gênero, classe e outros marcadores) criam desigualdades que estruturam a posição social, por exemplo, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos indivíduos de diferentes etnias (CRENSHAW, 2002).

Complementando esse pensamento, Collins e Bilge (2021) afirmam que a interseccionalidade se preocupa em investigar como as relações de poder se interseccionam em sociedades pautadas pela diferença e influenciam experiências individuais e coletivas. Segundo as autoras:

[...] em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, [deficiência], classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. [...] essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 20).

Nesse ponto, as autoras sugerem que os aspectos identitários que marcam um mesmo corpo – cor, etnia, deficiência, orientações sexuais e afetivas, entre outros – não podem e não devem ser vistos de modo separado. O que se deve analisar é de que forma as estruturas sociais hegemônicas atravessam as vivências das pessoas e as empurram para situações de vulnerabilidade. “Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (KILOMBA, 2019, p. 98).

Tendo em vista essa afirmação e as situações vivenciadas pelas pessoas negras com deficiência, pensar a interseccionalidade é compreender que não pode haver uma hierarquia entre as opressões, o foco principal é romper com a estrutura. “É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis” (RIBEIRO, 2018, p. 107). O mesmo vale em relação às deficiências – por fazerem parte da experiência humana, não podem ficar fora dessa compreensão.

E nesse sentido, concordando com Collins e Bilge (2021), as estruturas interseccionais podem muitas vezes ser equivocadamente comparadas a um grande “guarda-chuva”; no entanto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica assume diferentes formas, pois atende a um conjunto de problemas sociais.

Nesse caso, enquanto “ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que [essas] categorias são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 20). Em outras palavras, a interseccionalidade vai além da dicotomia inclusão/exclusão, enxergando novas possibilidades para analisar as variadas situações de desigualdade experienciadas pelas pessoas negras com deficiência. Nesse sentido, a interseccionalidade nos permite perceber a existência de diferentes abordagens possíveis para o

seu uso enquanto ferramenta analítica. Adriana Piscitelli (2008) destaca que

A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. (PISCITELLI, 2008, p. 266).

Complementando essa ideia, Collins e Bilge citam os argumentos de Cho, Crenshaw e McCall para reforçar que

“o que faz com que uma análise seja interseccional não é o uso que ela dá ao termo ‘interseccionalidade’ nem o fato de estar situada numa genealogia familiar, nem de se valer de citações padrão”, nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade faz e não o que a interseccionalidade é”. (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013, p. 795 *apud* COLLINS; BILGE, 2021, p. 24).

Com a contribuição do feminismo negro e a divulgação do conceito de interseccionalidade, diversas pesquisas têm se proposto a investigar as relações sociais e de poder em intersecção com marcadores como gênero, classe e sexualidade.

Pensando no objetivo desta pesquisa, é fundamental apresentar as peculiaridades do grupo de pessoas negras com deficiência, de modo a romper com a lógica hegemônica que busca, por meio de políticas universalizantes, apagar os tensionamentos causados pelas discussões acerca dos marcadores sociais da diferença “deficiência” e “raça” – afinal, a homogeneização de um grupo tão diverso contribui para a manutenção das desigualdades evidenciadas pelos dados oficiais citados.

As considerações apresentadas acerca do conceito de interseccionalidade situam a importância do seu uso enquanto ferramenta analítica, que se propõe a pensar em análises que reconheçam as diferenças e as desigualdades sociais, fugindo do campo do essencialismo. Além do mais, suas contribuições teóricas podem favorecer pesquisas dentro e

fora do âmbito acadêmico, visualizando as opressões de formas mais plurais, respeitando a heterogeneidade dos variados grupos e servindo também para a desconstrução das teorias que se mostram universalistas.

Nessa lógica, valendo-me das palavras de Silvio Almeida, acredito que, ao apresentarmos uma análise focando o racismo enquanto estrutura – e, portanto, como um fenômeno que atravessa as pessoas negras com e sem deficiência –, não estaremos excluindo do debate os grupos racializados; ao contrário: enfatizar esse tipo de abordagem é considerar os sujeitos racializados como elementos centrais e ativos dentro de um sistema que a todo momento cria e recria estratégias de opressão e dominação. Seguindo com as palavras do autor, “o propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial [e da deficiência] que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam [...] o combate ao racismo” (ALMEIDA, 2019, p. 51) e à discriminação contra a pessoa com deficiência.

A perspectiva interseccional: novos olhares, outras interpretações para o combate às desigualdades

A concretização da igualdade racial e da justiça social precisa deixar de fazer parte somente do discurso da nossa sociedade e se tornar, de fato, iniciativas reais e concretas, aqui e agora. (MUNANGA, 2019, p. 90).

Considerando o racismo e outras situações sofridas pelas pessoas negras com deficiência, e pensando nessas violências enquanto um processo histórico e político, compreenderemos que essas opressões foram responsáveis, direta ou indiretamente, pela discriminação sistemática tanto das pessoas negras quanto das pessoas com deficiência.

Analisando historicamente a formação da sociedade brasileira, encontraremos pistas de como as desigualdades entre as populações negra e branca foram constituídas no país. De pronto, podemos citar o regime escravocrata e algumas das teorias científicas do século XIX como bases e principais responsáveis pela fundamentação do racismo

contemporâneo. Não seria lógico ou coerente tratar do conceito de interseccionalidade sem passar, mesmo que brevemente, pela noção de racismo e suas implicações para a população negra.

A noção de superioridade entre as raças começa a ser difundida no século XVI a partir das transformações que acontecem no continente europeu e a invasão europeia a outras civilizações ao redor do mundo por meio das chamadas grandes navegações. É no bojo dessas descobertas que emerge a necessidade, por parte dos estudiosos europeus, de categorizar a humanidade.

Inicialmente coube à igreja apresentar uma narrativa capaz de atender a essa necessidade. Segundo a visão cristã católica, baseada nos escritos bíblicos, todos os seres humanos são descendentes de Adão. Assim, a humanidade seria apenas uma, e, como afirma Lia Vainer Schucman (2020, p. 75), as “diferenças humanas [seriam] consideradas uma maior ou menor perfeição do Éden”. Tais pontos de vista são defendidos até meados do século XIX, quando as ciências biológicas começam a ganhar força e emerge uma nova concepção teórica acerca da humanidade, oposta aos ideais cristãos.

Em meio ao conflito entre a igreja católica, que lutava para manter intactos os seus domínios, e as ciências biológicas em ascensão, um novo conceito de humanidade despontava. Essa nova concepção, apresentada pelos cientistas da época, opunha-se fortemente à visão cristã católica, apontando para as diferenças na origem de cada civilização e possibilitando a naturalização da ideia de superioridade de determinada civilização sobre outra (SCHUCMAN, 2020).

Essas duas visões, a teológica e a científica, alinhadas à mentalidade do período escravocrata, servem como base para fundamentar o racismo nos termos e no formato que conhecemos nos dias de hoje.

Grada Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*, caracteriza o racismo dividindo-o em três pilares: a construção de/da diferença; a noção de que essas diferenças estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos; e, por fim, o fato de que essas duas características estão intimamente ligadas ao poder,

tanto histórico quanto político, social e econômico.

Emanuel Fonseca Lima, em texto publicado na coletânea *Ensaio sobre racismo: pensamento de fronteira* (2019), afirma que o racismo é um constructo social, com o objetivo único de atribuir superioridade a grupos étnicos específicos, viabilizando seus projetos políticos e culturais que são transmitidos de geração para geração. O autor alega ainda que o racismo “apresenta faces distintas de acordo com cada contexto histórico e pode se manifestar tanto na conduta de indivíduos quanto na de instituições e organizações” (LIMA, 2019, p. 40-41).

Refletindo, é possível compreender o racismo como um sistema complexo de dominação que busca privilegiar determinados grupos, criando hierarquias e mecanismos para a manutenção desses privilégios, conferindo hegemonia a esses grupos em detrimento de outros, historicamente racializados ou oprimidos.

Do mesmo modo, o passado histórico das pessoas com deficiência é marcado por situações de opressão e segregação, empurrando essas pessoas para situações de vulnerabilidade e desigualdade.

De acordo com Adriana Dias (2020), na Idade Média, por exemplo, as representações dessas pessoas foram propostas de acordo com a visão cristã. Segundo essa concepção, a presença de uma deficiência poderia ter vários significados: castigo, provação, instrumento de santificação e ação de bruxaria, entre outros.

Com a popularização das ciências biológicas no século XIX e, consequentemente, com a medicina moderna, surge o modelo médico, e a deficiência passa a ser patologizada. São desse período as primeiras instituições asilares que cuidavam especificamente de pessoas com deficiência – cabe enfatizar que tais instituições foram criadas com auxílio financeiro dos governos da época (DIAS, 2020).

A criação dessas instituições integra o que Alfredo Veiga-Neto (2001), no texto “Incluir para excluir”, chama de “políticas de inclusão”. A construção e institucionalização da diferença, nesse caso, se expressa em torno das relações de poder, usadas pela norma dominante como forma de controle e estratégia de dominação (VEIGA-NETO,

2001) em relação aos grupos que, muitas vezes, podem ser vistos como um perigo para o “equilíbrio social” já estabelecido.

Contudo, o que nos interessa aqui é que, “pela primeira vez, muitas pessoas com deficiência foram ativamente segregadas de suas comunidades e sociedade; algumas receberam educação e cuidados especiais, outras eram frequentemente ‘armazenadas’ e ‘esquecidas’” (DIAS, 2020, p. 169-170). Estabelecida a segregação e o controle do corpo das pessoas com deficiência por intermédio de instituições, o pensamento eugênico começa a ganhar terreno, influenciando as ideias nazistas na Alemanha, entre outros regimes e sociedades.

A partir de novas demandas sociais estimuladas pelos movimentos em defesa dos direitos civis, diversas instituições passam a se debruçar sobre os estudos ligados às pessoas com deficiência, buscando assegurar, por meio das instâncias jurídicas, os direitos dessa população. É nesse cenário de transformações que surge o modelo social da deficiência, que se contrapõe fortemente ao modelo biomédico. Como afirma Débora Diniz (2007), essa noção buscava, entre outros objetivos, retirar os estudos da deficiência do campo confinado aos saberes médicos, incorporando-os também à área das humanidades.

Os estudos contemporâneos – sobretudo os relacionados às perspectivas sociológica e antropológica –, impulsionados pelo lema “Nada sobre nós, sem nós”, têm se debruçado cada vez mais no entendimento e na seguridade dos direitos das pessoas com deficiência, gerando avanços significativos nesse campo e apontando também para as semelhanças no *modus operandi* do racismo, da discriminação contra as pessoas com deficiência e de outras formas de opressão.

Nesse sentido, Dias (2020), ao relacionar deficiência, raça, capacitismo¹¹, eugenia e

11 Adriana Dias (2013) define o capacitismo como uma “concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir as próprias vidas” (DIAS, 2013, p. 2). Anahí Guedes de Mello completa que o capacitismo é materializado “através de atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (MELLO, 2014, p. 53-54).

narrativas sociais, afirma que “o discurso capacitista acerca da deficiência visa determinar quem pode ou não participar da espécie humana, vai além de hierarquizar humanidades, visa demarcar o pertencimento a ela” (DIAS, 2020, p. 182). Reforçando esse pensamento, Diniz (2007) indica que o conceito de deficiência é complexo pois, ao mesmo tempo em que reconhece o corpo com lesão, também denuncia que a estrutura social oprime a pessoa com deficiência.

Ainda nesse ponto, é importante destacar que os pensamentos de Dias (2020) e Diniz (2007) se complementam e apontam para a forma com que as pessoas com deficiência seguem sendo representadas no imaginário social, revelando também as opressões sofridas por elas em decorrência de seus corpos e capacidades. Além disso, demonstram que os avanços nos estudos sobre a deficiência expuseram uma ideologia ainda mais opressora: a que humilha e segrega os corpos com deficiência (DINIZ, 2007).

As características da discriminação contra as pessoas com deficiência apontadas por Dias (2020) e Diniz (2007) se assemelham, como processos de discriminação sistêmica, aos aspectos que Kilomba (2019) e Lima (2019) indicam ao delinear o racismo. Assim, é possível afirmar que o capacitismo está para a deficiência como o racismo está para a raça.

Nesse sentido, o que eu gostaria de ressaltar é que a intersecção entre esses dois marcadores – deficiência e raça – pode intensificar a experiência de desigualdade vivenciada por pessoas com deficiência, empurrando-as para situações de maior desvantagem e vulnerabilidade social.

Sobre essa questão, Amita Dhanda, no artigo “Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, examina o impacto que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) – adotada em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 – teve na jurisprudência dos direitos humanos, tornando-se um passo a mais na busca da justiça social e da igualdade de direitos para essa população.

Dhanda ratifica que alguns grupos podem apresentar uma dupla ou múltiplas formações, e que elas podem colocar essas pessoas em um patamar maior de desvantagem. A autora questiona, então, como a discriminação múltipla será enfrentada. Segundo ela, a CDPD – ao contrário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDCM ou CEDAW) e da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) – encontrou uma estratégia para tratar do tema, a qual foi chamada de via dupla (DHANDA, 2008).

Assim, ao mesmo tempo em que foram incluídos na convenção artigos especiais para tratar das preocupações das mulheres e das crianças com deficiências, as preocupações de gênero e idade também foram incorporadas a vários artigos gerais da CDPD que tratam de questões que dizem respeito a essas pessoas. [...] Com a adoção da abordagem de via dupla, a CDPD arquitetou uma estratégia nova para tratar da questão da discriminação múltipla. Essa abordagem requer que a preocupação especial do grupo vulnerável seja tratada num artigo específico e, ao mesmo tempo, que os artigos gerais também incluam as distintas preocupações de grupos especiais. Desse modo, o duplamente discriminado deve ser duplamente compensado. (DHANDA, 2008, p. 51-52).

Contudo, mesmo com essa problemática posta, de um modo geral, as produções acadêmicas acabam por centralizar as suas lutas em uma questão única, ignorando as diferenças, como raça, capacidade, gênero e classe, e apostando em uma homogeneidade inexistente, sem enxergar criticamente os pressupostos de opressões vivenciados por determinados grupos.

Ao mesmo tempo em que o não reconhecimento dessas diferenças gera um terreno acidentado e perigoso – pois impede o rompimento com as limitações impostas pela universalização das pautas –, e acaba reforçando os padrões hegemônicos (do homem branco, heterossexual, cisgênero, classe média etc.), tendo impacto direto na análise dos dados.

Desse modo, reafirmo que deixar de apresentar – neste capítulo ou em outras produções acadêmicas – um foco nos marcadores sociais da diferença é não observar as múltiplas opressões que as pessoas negras com deficiência podem sofrer, aumentando ainda mais as desigualdades existentes em nosso país.

Indo nessa direção, a perspectiva interseccional pode se apresentar como grande aliada para a ruptura de padrões e favorecer um olhar mais atento para as diferenças, inaugurando novas formas de pensar e lidar com a heterogeneidade dos variados grupos.

Por fim, parafraseando uma afirmação de Gonzalez¹² (2018), a intersecção entre deficiência e raça no contexto social brasileiro pode produzir impactos negativos e significativos para as pessoas negras com deficiência, principalmente se considerarmos que, assim como o racismo, os discursos discriminatórios ligados à deficiência surgem como ideologia de dominação e contribuem para a sustentação da ideia de superioridade de um grupo sobre outros.

Conclusão

Neste capítulo, busquei apresentar de forma sucinta o conceito de interseccionalidade, indicando como ele pode servir como sustentação para as pesquisas acadêmicas que refletem sobre as diferentes situações de opressão enfrentadas pelas pessoas negras com deficiência. A interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, seguindo o pensamento de Collins e Bilge (2021), investiga como as relações de poder se interseccionam e podem influenciar tanto as vivências individuais quanto as coletivas.

Para ressaltar a importância da interseccionalidade, optei por apresentar fundamentação teórica pautada nas ideias do feminismo negro, atentando principalmente para as relações raciais, tendo em vista que a base da construção conceitual da interseccionali

12 “O racismo se constitui como uma sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que a sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” (GONZALEZ, 2018, p. 191)

dade foi a junção das discriminações racial e de gênero sofridas pelas mulheres negras no contexto do feminismo universal e na luta pela igualdade de direitos.

Tal escolha não minimiza nem deslegitima os estudos acerca da deficiência, contudo, como o objetivo principal deste capítulo era refletir, à luz da interseccionalidade, sobre a importância da utilização de diferentes ferramentas para a análise de informações censitárias e das experiências vividas por pessoas negras e com deficiência, a construção teórica acabou sendo a mais adequada, tendo em vista também a carência de trabalhos que apresentem em suas análises a intersecção entre “deficiência” e “raça”.

Cabe ressaltar ainda que as reflexões apresentadas de forma resumida neste capítulo não esgotam as análises que podem ser feitas tendo em vista as variadas situações de deficiência em intersecção com outros marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, classe e territorialidade e etc., contribuindo significativamente tanto para os estudos da deficiência quanto para o combate às desigualdades que afetam essa população.

Por fim, acredito que a aproximação entre as teorias do feminismo negro e os estudos da deficiência – valendo-se de metodologias não tradicionais, como a da interseccionalidade – pode propor novas análises e a construção de novos saberes capazes de auxiliar no combate das variadas manifestações opressivas que um único corpo pode sofrer, apoiando a formulação e a implementação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento das desigualdades ocasionadas por diferentes opressões.

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSB-QQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: jun. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5, n. 8, p. 42-59, 2008.

DIAS, A. Pensar a deficiência, algumas notas, e, se me permitem, um convite. In: ALLEBRANDT, D.; MEINERZ, N. E.; NASCIMENTO, P. G. (org.). **Desigualdades e políticas da ciência**. Florianópolis: Casa Verde, 2020. p. 163-200.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. p. 1-14.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Primeiros passos).

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PORTAL GELEDÉS. **A pedagogia negra e feminista de bell hooks**. [S. l: s. n., s/d.]. Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-pedagogia-negra-e-feminista-de-bell-hooks> Acesso em 20 set. 2021

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, E. F. Racismo no plural: um ensaio sobre o conceito de racismos. In: LIMA, Ema-

nuel Fonseca et al. (org.). **Ensaio sobre racismos: pensamento de fronteira**. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2019. p. 18-46. E-book.

MELLO, A. G. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, observações e narrativas sobre violências contra mulheres com deficiência**. 2014. 262 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, B. M. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Base de dados da pessoa com deficiência**. São Paulo: [s. n. s/d.]. Disponível em: <https://www.basededadosdeficiencia.sp.gov.br/> Acesso em: jul. 2021.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, S.; ARELARO, L. R. G. **Avaliando políticas sociais no Brasil: algumas diretrizes fundamentais**. In: SILVA, S.; ARELARO, L. R. G. (org.). **Direitos sociais, diversidade e exclusão: a sensibilidade de quem as vive**. Campinas: Mercado de Letras, 2017. p. 15-48.

SOJOURNER, T. **E não sou uma mulher?** Tradução de Osmundo Pinho. **Portal Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> Acesso em: jun. 2021.

UMA GEOGRAFIA das desigualdades. Direção de Day Rodrigues. São Paulo: Oxfam, 2019. Vídeo (15 min). Disponível em: <https://oxfam.app.box.com/s/1lr29rcrhytt2qakhqii->

h1xxnrc5p91d.Acesso em: maio 2021.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. *In*: LAROSSA, J. SKLIAR, C. (org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

